

2

O lugar da favela e da periferia na nova ordem urbana do Rio

“La burguesía urbana rompía de este modo, por usurpación – y ello constiuía una enorme innovación, revolucionaria en su fondo, de las ciudades medievales del Occidente frente a todas las demás -, com el derecho señorial. En las ciudades del centro y del norte de Europa surgió así el conocido lema “El aire de la ciudad hace libre”.

(Weber, 1992, p.957)

2.1.

A construção do lugar: seu valor simbólico e material na dinâmica da cidade

Todos nós que circulamos pelas cidades talvez não nos demos conta de como são complexas as relações que constroem a dinâmica de cada lugar e quanto isso implica nas possibilidades e oportunidades de vida para as pessoas que nelas moram. O que quero dizer é que viver na cidade e especificamente no Rio de Janeiro é um desafio, e dependendo da posição sócio-espacial ocupada na cidade pode se tornar dramático. Falo isso pela minha experiência de ter vivido 38 anos numa favela do Rio e por trabalhar com projetos em outras. Citar Weber no início deste capítulo tem uma função pedagógica de perceber a mudança que a idéia de cidade vem sofrendo ao longo da história, e como esta idéia varia de um otimismo ou pessimismo, dependendo do lugar de onde se olha e objetivo que se quer colocar.

No caso do Rio de Janeiro não tenho otimismo com relação à cidade poder promover este ar de liberdade para o conjunto de seus moradores; pelo contrário, o que se percebe é que o viver na cidade nos impõe uma série de constrangimentos e certo desencantamento quanto à idéia de progresso e realização. Zuenir Ventura (1994) é enfático no seu diagnóstico da cidade do Rio

“[...] a opção foi sempre pela separação, senão pela simples segregação. [...] O resultado desta política foi uma cidade partida.” (p.13)

Para mim a questão é mais complexa do que esta visão da cidade partida entre dois mundos. A lógica de urbanização adotada pela elite e pelo Estado segregou as favelas e a periferia da cidade, no sentido de impedir que os moradores destes espaços participassem de forma igualitária da vida pública na cidade, exercendo de fato sua cidadania. Esta desigualdade de participação social e política dos diversos grupos sociais vêm gerando um ambiente de fragmentação territorial que vai além da dualidade favela e asfalto ou centro e periferia. É isto que tenho observado nas minhas andanças pelos vários lugares da cidade, e também pela literatura que tenho lido. Desta forma, na Região Metropolitana do Rio de Janeiro⁶ a cidadania se mantém interdita, com constrangimentos das liberdades individuais e coletivas.

Weber (1992) destaca um aspecto importante que caracteriza as cidades medievais “*o ar da cidade liberta*”. É uma expressão que remete ao contexto histórico específico de oposição entre a cidade e o campo e as relações sociais inerentes a uma estrutura feudal baseada em uma forte hierarquia social de estamentos, onde o status ou a honra era o valor de diferenciação entre os indivíduos, e que determinava a separação entre as classes sociais, naturalizando as diferenças sociais. Porém, esta idéia de cidade como o lugar da liberdade e de transformação das relações sociais nos ajuda a refletir sobre as possibilidades de enfrentamento dos dramas que hoje a vida cidadina impõe a seus moradores. Este aspecto descrito por Weber demonstra as transformações que a idéia de cidade vem sofrendo e as possibilidades de interpretação deste espaço. Se no período medieval as cidades ocidentais européias foram os locais da revolução da burguesia mercantil contra uma sociedade estamental e dominada pelos senhores feudais, conquistando, assim, direitos específicos para seus interesses, incorporando à dinâmica da cidade os servos camponeses como mão de obra e libertando-os da dependência exclusiva da terra e do senhor feudal. No período moderno da nossa história e mais ainda nos dias atuais verificamos que a cidade que produzia o ar da liberdade, aos poucos foi perdendo seu encantamento e dando lugar aos conflitos e disputas por uma idéia de cidade cada vez mais

⁶ A Região Metropolitana do Rio de Janeiro é constituída de 14 municípios (Rio de Janeiro, Niterói, São Gonçalo, Itaboraí, Maricá, Magé, Petrópolis, Paracambi, Mangaratiba, Itaguaí, Nilópolis, São João de Meriti, Nova Iguaçu, e Duque de Caxias). Abreu (1997, p. 18).

segregada e dominada por interesses de mercado. O ar das cidades nos sufoca, tornando escassa a possibilidade de acesso aos bens públicos e de cidadania, de trabalho, de lazer e cultura, de ser diferente do que se pretende ter como referencial de cidade moderna: bonita e maravilhosa.

Bourdieu (1997) é um importante teórico sobre a idéia de construção material e simbólica dos lugares na cidade. Veremos com o autor que o lugar por si só não impõe ou não carrega nenhum valor, mas este adquire valor material e simbólico a partir das práticas sociais que constroem o lugar. Nesta perspectiva é possível então fazer uma análise comparativa da favela e periferia com a cidade formal no Rio de Janeiro.

Ao propor esta inferência sobre as condições que estruturam os espaços físicos e sociais na cidade, Bourdieu busca redefinir o local de habitação para além do senso comum que inspira uma leitura substancialista dos lugares enquanto espaço físico, dando um formato estruturante de hierarquias de lugar social, derivando daí às relações sociais urbanas. Este lugar é relacional pelo significado que lhe é atribuído dentro da estrutura urbana da cidade. Logo o espaço hierarquizado define o lugar social que seus moradores ocupam na cidade. Derivam daí às possibilidades de disputa de direito pela cidade e as relações que são construídas com outros lugares, melhor dizendo, a relativização de um espaço social em relação a outros (acima, abaixo, entre, etc.), no nosso caso a relação entre a “favela” e o “asfalto” e o “centro” e a “periferia”. Cria-se um tipo de hierarquia sócio-espacial. Desta forma, os agentes sociais são classificados a partir de uma ordem sócio-espacial que eles ocupam no espaço da cidade. Nesta relação entre um espaço social e outro, o autor desenvolve um conceito fundamental para nossa compreensão da classificação dos espaços sociais, *a distinção*:

“Como o espaço físico é definido pela exterioridade mútua das partes, o espaço social é definido pela exclusão mútua (ou a distinção) das posições que o constituem, isto é, como estrutura de justaposição de posições sociais.” (Op. cit, p.160)

O espaço social não tem uma essência natural que o qualifique, mas ele é, segundo Bourdieu, *“reificado (isto é, fisicamente realizado ou objetivado)”*. Esta reificação dos espaços resulta na distribuição dos bens e serviços nos espaços físicos dotando-os de valor de uso e de troca. Estes espaços são motivos de

conflitos entre os diversos grupos que disputam as oportunidades de uso dos espaços mais qualificados. Os agentes sociais por suas práticas distintas estruturam o espaço social, da mesma forma que o espaço social estrutura seus agentes. De uma forma ou de outra o espaço social será classificado dentro de uma hierarquia social, simbolizando as distâncias sociais entre um lugar e outro. Neste sentido, as oposições entre um espaço e outro estruturam os discursos dos grupos que disputam os valores e significados atribuídos a cada lugar. Porém, o significado, ou melhor, a reificação de um lugar fica condicionada à capacidade que o grupo que o ocupa tem de lhe dar maior ou menor significado dentro de uma hierarquia sócio-espacial. Com isto os espaços na cidade ganham significados positivos ou negativos, por exemplo: favela/asfalto, centro/periferia, elite/classe popular, cidade legal/cidade ilegal, etc. Estas hierarquias de estruturas espaciais e também sociais com o passar do tempo acabam se convertendo em “*estruturas mentais e em sistemas de preferências*” naturalizadas pelas realidades que o próprio mundo natural acarreta. Comenta Bourdieu:

“Diferenças produzidas pela lógica histórica podem, assim, parecer surgidas da natureza das coisas (basta pensar na idéia de “fronteira natural”). É o caso, por exemplo, de todas as projeções espaciais da diferença social entre os sexos (na igreja, na escola, nos lugares públicos e até em casa).” (Op. cit, p.160)

Prosseguindo com a linha de pensamento de Bourdieu sobre o espaço reificado, veremos que estes lugares representam ganhos de benefícios resultantes de diferentes conflitos em variadas esferas de disputa. Estar próximo ao local de trabalho significa ganho de tempo e de dinheiro, ou próximo dos equipamentos de saúde e escola pode representar melhor qualidade de vida. Morar em um lugar de prestígio, como a zona sul do Rio de Janeiro, representa um ganho de status e distinção. É lógico que esta posição de prestígio está em oposição a quem mora na zona norte da cidade. Existe ainda a distinção interna nos lugares, é símbolo de prestígio morar na zona sul, mas quem mora no asfalto está em oposição a quem mora no morro/favela. Esta distinção também se desdobra de uma outra forma, quem mora numa favela na zona sul tem mais prestígio do que quem mora numa favela na zona oeste, por exemplo. Podemos avançar um pouco mais no argumento; quem mora na Cidade Nova, uma sub-área na Rocinha, se distingue de quem mora no Morro da Roupas Sujas ou Macega, outra sub-área da mesma

“favela”. Esta forma de distinção espacial é um mecanismo de distanciamento entre os grupos sociais, que buscam valorizar os seus espaços ao mesmo tempo em que desqualificam os demais.

É bom lembrar que o processo de formação da cidade do Rio de Janeiro tem na sua história diversas etapas que convergem com este argumento de Bourdieu, “a distinção dos espaços físicos e sociais”. Considero importantes alguns argumentos de Maria Alice Rezende de Carvalho apresentados em seu trabalho *Quatro Vezes Cidade* (1994). Neste livro a autora se propõe a fazer um percurso revisitando o processo de construção da cidade como espaço físico, mas também o discurso que busca representar idéias e significados sobre esta cidade. Ela define como imaginário urbano a força indutora de formação de um senso comum, de que a cidade se organiza de uma forma socialmente fragmentada. No seu entender esta imagem significa um obstáculo ao enfrentamento dos problemas atuais que afligem a cidade:

“Esta cidade se faz representar, ainda hoje, pelo discurso sobre a fragmentação da sua vida social: reinventam-se boêmios, malandros, vagabundos e biscateiros, seres referidos a seus bairros de origem, as suas pequenas ‘repúblicas’.” (Op. cir, p.16)

Este discurso de fragmentação da cidade segundo a autora tem uma matriz histórica que o estrutura, e que vale a pena buscar sintetizá-lo aqui para termos uma base teórica para o que nos propomos a discutir sobre a formação da cidade e seus espaços físicos e sociais.

Segundo a autora, ainda não se firmou entre nós uma tradição de interpretação das nossas cidades. De certa forma, interpretar o ambiente urbano desafia nossa imaginação e às vezes recorremos a algum modelo interpretativo para dar conta de uma realidade que é nossa. No entanto, ressalto a importância de considerarmos as premissas sócio-culturais e políticas da nossa história. Para Maria Alice, ocorre na cidade do Rio de Janeiro uma cultura política de centralização do poder margeado pelo distanciamento deste com as classes populares, criando obstáculos de participação destes segmentos sociais. Desta forma, as instituições políticas já na República Velha (1889-1930), não representavam o desejo da maioria. Neste hiato de representação política perante o Estado surgem os mecanismos informais de mediação e de solução dos conflitos

de interesses. A cidade como arena de disputa dos grupos sociais fica dividida entre duas culturas políticas distintas: a primeira formada pelo Estado e a elite, e a segunda formada pelas classes populares.

Este aspecto da nossa cultura política está elaborado por José Murilo de Carvalho em seu livro “Os Bestializados” (1987). Maria Alice se utiliza desta leitura para fazer sua análise da formação política e social da nossa cidade. Considero bastante significativa sua contribuição que joga luz sobre o cenário que tentamos de alguma forma desvendar. Duas possibilidades de arranjo político podem ser utilizados para interpretar o surgimento das cidades como arena pública e sua abertura para participação. Desculpe-me leitor pela citação longa, mas vale a pena à leitura:

“Talvez seja conveniente retrazer, neste passo, os dois modelos de evolução política – o inglês e o francês -, bem como suas respectivas figurações de cidade moderna. No primeiro modelo, associável às formações sociais anglo-saxãs, a modernização caracterizou-se pela passagem de uma ordem feudal a um regime de competição entre barões e burgueses e, somente então, a um conjunto de reformas propiciadoras da incorporação das massas populares ao mundo dos direitos e das liberdades. Nesse caso, a cidade é figurada como um espaço de competição pública entre atores que têm em comum um repertório de valores e normas previamente instituído. No caso francês, ao contrário, a participação das massas teve lugar sem que a institucionalização das regras para essa participação tivesse sido alcançada. Lá, a transição ao moderno, feita sob o signo da revolução, opôs a cidade à aristocracia, isto é, dividiu a sociedade em duas partes, cada uma delas regida por normas e valores distintos e cada uma delas pretendendo “varrer” a existência da outra.” (1994, p. 26)

Não foi sem razão que trouxemos Maria Alice para este debate, pois consideramos sua análise bastante pertinente e de certo modo inspiradora ao que vamos ver mais à frente. Podemos então olhar para qual modelo de cultura política estamos mais próximos e que representação de cidade surgirá daí. Unindo os argumentos de Carvalho, da divisão cultural da nossa política, o modelo francês se encaixa bem ao nosso mundo urbano, representado numa figura de oposições entre dois mundos distintos: a cidade do asfalto, moderna e capitalista, e a cidade-favela, onde estaria localizada a miséria e a pobreza e mais recentemente *a origem da violência urbana* (grifo meu). A oposição entre os dois mundos é chave para realização de valores e significados de distinção e de ocupação da cidade. No nosso caso a cidade não é a arena pública de conflito democrático, de disputa de interesses mediados pelo Estado, ocorre que aqui a

cidade foi interdita pelo poder do Estado e das elites, impedindo a participação do mundo popular de forma igualitária, contrariando o que nos diz Henry Lefebvre (2001)⁷ sobre a vida na cidade.

Não é de hoje que as manifestações de protesto vindas do mundo popular são tomadas como pré-políticas e com dose de selvageria e violência. Segundo Maria Alice, no Rio as camadas populares sempre foram vistas como potenciais portadores de desordem e incivilidade, colocando em risco a “civilização urbana”. Esta imagem construiu no imaginário social a idéia de classe perigosa, desconsiderando que os grupos populares e seus movimentos traziam e trazem no seu conteúdo a luta por extensão de direitos de cidadania.

Esta polarização ou oposição entre os dois mundos servirá para definir quem ocupará os espaços no processo de modernização que será implementado como política de embelezamento da cidade. O projeto é transformar o Rio num cartão postal, para isso é preciso transformar o habitat, limpar as ruas da desordem, entenda-se: os mulatos que ocupam as ruas vendendo sua força de trabalho e os cortiços, moradias populares que abrigavam “todo” tipo de gente pobre.

Creio que vale citar uma passagem do livro “O Cortiço”⁸, de Aluísio de Azevedo (2004, p.27), que expressa a imagem que este tipo de habitação significava na cidade. O diálogo se passa entre dois vizinhos que tinham *status* social diferentes. Um era dono de um casarão e estava para se tornar um nobre, o segundo era o dono de uma venda e do cortiço. Porém, os dois moravam na mesma rua no bairro em Botafogo. “- *Um cortiço! – exclamava ele, possesso. – Um cortiço! Maldito seja aquele vendeiro de todos os diabos! Fazer-me um cortiço debaixo das janelas!... Estraga-me a casa, o malvado!*” A modernização urbana acabou com os cortiços nas principais áreas da cidade, desalojando muitos trabalhadores desta forma de moradia, ainda que precária. A citação é para ilustrar um ressentimento que desde aquela época acentua os conflitos entre a elite e os

⁷ “A vida urbana pressupõe encontros, confrontos das diferenças, conhecimentos e reconhecimentos recíprocos (inclusive no confronto ideológico e político) dos modos de viver, dos ‘padrões’ que coexistem na Cidade” Lefebvre, H. (Op. cit. p.15).

⁸ “as casinhas do cortiço, à proporção que se atamancavam, enchiam-se logo, sem mesmo dar tempo a que as tintas se secassem. Havia grande avidez em alugá-las; aquele era o melhor ponto do bairro para a gente do trabalho. Os empregados da pedreira preferiam todos morar lá, porque ficavam a dois passos da obrigação” (AZEVEDO, A. O Cortiço, op. cit, p.27).

trabalhadores que precisam morar próximo ao trabalho e fizeram da favela sua alternativa de moradia.

A divisão que se operava no mundo das idéias foi materializada neste processo de remodelação da cidade. Assim, o que até então estava no campo simbólico das idéias ganhava agora novos contornos que expressariam as diferenças entre os dois mundos. O Centro da cidade remodelado seria então o símbolo desta nova ordem. A política do “bota abaixo” implementada por Pereira Passos era o início da divisão física, de forma mais explícita, dos dois mundos.

Estava dado o tom da dinâmica da cidade por meio de mecanismos políticos, como salientou Maria Alice. Esta dinâmica deu cor ao modelo de urbanização e de arranjo social, político e econômico.

Meu objetivo será entender o processo de formação das favelas e da periferia como lugares ocupados pela população pobre e sua estratificação sócio-espacial e as implicações de construção de cidadania e de participação ativa na vida da cidade.

Conforme Abreu (1997) argumenta o processo de segregação dos espaços urbanos seria resultado de ações de dois agentes na formulação das políticas e projetos urbanos: o Estado e o capital. As políticas do Estado foram as principais patrocinadoras deste processo, determinando quais espaços na cidade seriam alvo desta remodelação, com investimentos públicos em obras de infra-estrutura.

Segundo Abreu (Op. cit) e Burgos (1999), o formato político da sociedade pós-1964, nos primeiros anos de ditadura, deu a dinâmica de polarização entre os grupos sociais, que ganha novas cores por meio de políticas de concentração de renda, interdição da participação política, maior disparidade entre as classes sociais e *interferindo em suas possibilidades de participação no projeto de cidade* (grifo meu). Por consequência, as contradições urbanas foram também se multiplicando, criando espaços urbanos elitizados e seus opostos: as favelas e as periferias. Criando uma *periferização*⁹, impondo dificuldades de acesso dessa população mais pobre aos bens e serviços oferecidos pelo Estado.

Consideramos importante caracterizar de forma sintética as favelas e a periferia, mostrando diferenças e similitudes, suas formas e funções na cidade. A

⁹ “Entenda-se por “*periferização*” mais do que a localização distante do centro metropolitano. O conceito inclui também a não acessibilidade ao consumo de bens e serviços que, embora produzidos socialmente pelo Estado, localizam-se apenas nas áreas mais privilegiadas da metrópole, beneficiando, portanto, principalmente aqueles que aí residem” (Abreu, Ibid. p. 15).

favela desde o seu nascimento na cidade do Rio de Janeiro sempre foi vista como um lugar estranho à estrutura física da cidade e seus moradores como um tipo marginal a ser civilizado. Valladares (2005, p.26) descreve como a favela era caracterizada no início do século XX: *“um habitat pobre, de ocupação ilegal e irregular, sem respeito às normas e geralmente sobre encostas”*. Mas não é só sua estrutura física que destoa da cidade formal, os moradores das favelas são vistos como um “outro”. Zaluar (1999, p. 9-10) informa a idéia que permanece sobre a favela e seus moradores desde o início do século XX, *“já no início deste século os morros da cidade eram vistos pela polícia e alguns setores da população como locais perigosos e refúgio de criminoso”*.

“As favelas do Rio de Janeiro têm sido um assunto preocupante para os setores abastados da população carioca, que as encaram quer como fonte de doenças contagiosas, quer como terreno para a socialização de proposta de políticas denominadas “exóticas”, quer como abrigo para uma população supostamente “ociosa” e, portanto, “perigosa”.” (Valla, 1986, p.12)

Esta descrição feita por Valla é a imagem que se tinha das favelas na segunda metade dos anos de 1970. Um ponto que nos interessa pensar é a relação das favelas e seus moradores com a cidade, como elas surgem próximas aos núcleos produtivos da cidade, onde a oferta de trabalho era maior: o Centro do Rio, onde se concentravam as atividades de comércio e finanças; ao longo da Avenida Brasil que foi uma área destinada às indústrias e armazéns.

A zona sul que abrigou a elite da cidade, mas que por razões da própria reprodução do seu capital precisava de mão de obra barata. Neste caso a proximidade das favelas com os bairros nobres foi de alguma forma permitida, já que vinha delas esta mão-de-obra necessária para atender serviços domésticos, comércio e construção civil, entre outros.

Desta forma, o trabalhador pobre, por uma necessidade natural de garantir a sua força de reprodução, ocupava áreas da cidade próximas aos locais de trabalho, disputando com as elites estes espaços, para construir suas moradias de forma precária. Neste contexto, da ausência do direito do trabalhador de ter sua moradia por meio de uma política habitacional que lhes favorecesse, surgem as favelas como uma solução precária com seus barracos construídos de forma desordenada nos espaços sem qualquer infra-estrutura urbana (água, luz, saneamento, coleta de lixo, calçamento das ruas).

Esta proximidade dos pobres com os grupos privilegiados teve vários momentos de conflito que ocasionaram remoções quase sempre traumáticas das habitações populares. Como já citamos acima, a reforma urbana de Pereira Passos no início do século XX, que remodelou o Centro do Rio, simbolizando um novo tempo, é a primeira grande intervenção estatal no meio urbano e a execução de um projeto que não tinha lugar para os pobres nas áreas mais ricas da cidade. Se, no passado, a questão que se impunha às favelas era de ordem estética, moral ou higiênica, hoje, a favela passou a ser identificada como o lugar da criminalidade do tráfico de drogas e dos grupos armados, sendo mais uma vez objeto da intervenção pública de forma autoritária, desconsiderando, principalmente, os direitos civis das populações que vivem nesses lugares.

Em cem anos de existência, as favelas foram passando por uma transformação física, onde os barracos foram substituídos pelas construções de alvenaria, superando o estigma de lugar da ausência e da extrema pobreza e conquistando, ainda que de forma precária, serviços públicos como água, rede de esgoto, energia elétrica, escolas, coleta de lixo e posto de saúde, que contribuíram para consolidar sua presença definitiva no mapa da cidade. No entanto essa transformação física de muitas favelas não teve o efeito sobre a mentalidade das classes dominantes na cidade, pois as representações estigmatizantes permanecem de forma hegemônica no imaginário social que define as favelas e os favelados como um tipo “perigoso”.

Preteceille e Valladares (2000) discutem a permanência de um “tipo ideal” sobre a favela, uma imagem caracterizada por três aspectos básicos: lugar de moradia da população pobre, lugar físico e social da cidade ilegal, e universo homogêneo, com a ocupação irregular do solo e pela ausência ou precariedade de serviços públicos e equipamentos urbanos.

A formação da periferia do Rio não está muito distante da lógica que deu origem às favelas. Quero dizer, da necessidade de moradia para as classes pobres operárias. Se, no caso da zona sul do Rio, a implantação do sistema de bondes como meio de transporte favoreceu a sua conquista e ocupação, o trem como meio de transporte de massa teve papel fundamental na expansão da cidade para os subúrbios e Baixada Fluminense. Isso ocorreu, ainda na segunda metade do século XIX, com a inauguração do primeiro trecho da Estrada de Ferro Dom Pedro II, chegando às freguesias de Cascadura, Engenho Novo e Deodoro e ao município

de Nova Iguaçu. Este meio de transporte e, mais tarde, os ônibus possibilitaram a continuidade da cidade num modelo urbano que integrava e segregava ao mesmo tempo, fazendo com que uma massa de trabalhadores se deslocasse diariamente de seus lugares de moradia para o Centro da cidade, onde se localizavam a maior oferta dos postos de trabalho. Esta nova área conquistada para os planos de urbanização da cidade oferecia uma alternativa para a ausência de uma política de habitação para os trabalhadores pobres. Segundo Alves (2003, p.55), nas áreas liberadas pelas ferrovias vão surgir os aglomerados suburbanos. Este fato aliviou em parte a zona sul da cidade e os subúrbios mais próximos do centro. Mesmo com a crise financeira ocasionada pela Primeira Guerra Mundial (1914-1918), a administração municipal do Rio de Janeiro subsidiou o transporte coletivo implantando a tarifa única, diminuindo os gastos com transportes por parte dos trabalhadores, e por outro lado, incentivando a autoconstrução, imputando ao operariado pobre o custo de sua moradia.

Na Baixada Fluminense, entre os anos de 1930 a 1960 uma onda loteadora transformava as antigas fazendas e chácaras em lotes vendidos a baixo custo e com prazos longos de pagamento, além do que, o Estado pouco exigia para autorizar as construções, favorecendo o rápido crescimento desta região (Abreu, 1997 e Alves, 2003). Bonduki (2004) analisa o mesmo fenômeno ocorrido em São Paulo e observa: “*Formado pelo mesmo estrato social da favela, a periferia foi preferida pelos milhares de trabalhadores despejados e migrantes recém-chegados*” (p.254). Em São Paulo o movimento foi inverso, até os anos 40 a periferia era o principal local de habitação popular, somente a partir da crise de habitação dos anos 40 é que surgem as primeiras favelas nas áreas centrais da cidade, e a partir de 1970 é que as favelas começam a crescer com mais intensidade.

Abreu (Op. Cit.) considera que os processos sociais dão ao espaço uma forma e uma função, uma significação social. Esta função e forma são resultados de políticas públicas, que ofertam maior ou menor investimento em serviços públicos e equipamentos urbanos nestes lugares determinados, favorecendo uma lógica capitalista de valorização destes espaços da cidade e a desvalorização de outros.

Desta forma, a criação do espaço urbano vem privilegiando as classes média e alta, favorecendo uma lógica de segregação e de monopolização da

cidade por estes grupos, excluindo da dinâmica política e econômica da cidade as classes populares, porque não dizer da gestão da cidade, criando um sentimento de não pertencimento a ordem formal e legal de direitos¹⁰. Neste sentido, a cidade é construída sem a participação do conjunto de seus moradores na sua diversidade, desta forma, criam-se espaços segregados e categorias diferentes de cidadãos numa mesma cidade.

Machado (2002) considera que apesar da “vitória da favela”, frente à política de remoção já no final dos anos 70, esta conquista foi feita de forma hierarquizada não alterando em quase nada o modelo urbano de sociabilidade, apenas reafirma a “categoria social subalterna” do favelado e sua presença na cidade. Em texto mais recente, o mesmo autor e Leite (2004) analisam o significado desta conquista ainda que precária para o morador de favela, no sentido de viabilizar sua inserção no mercado de trabalho:

“Para esses segmentos, entretanto, “terra” significa apenas moradia urbana, isto é, um meio de consumo – uma das condições de reprodução social dos(as) trabalhadores(as) – e não de produção” . Mas, certamente, trata-se de um meio de consumo especial, porque a moradia é uma condição prévia de participação no mercado de força de trabalho, espécie de porta de entrada das condições de vida urbana, sem a qual se torna impraticável, em termos estáveis, a venda da força de trabalho ou de mercadorias e serviços diretamente pelos(as) trabalhadores(as).”

“Assim, o acesso à cidade é formulado em uma chave econômica, em vez de ser compreendido como uma questão de políticas públicas e de universalização de direitos.” (p.68)

Burgos (1999) é outro autor que analisa a condição das favelas na cidade. Ele faz um memorial desde 1940, das diversas políticas de intervenção pública como tentativas de solucionar o problema da favela na cidade. Passa pelo projeto dos parques proletários que tinha como finalidade resolver o problema de insalubridade *“nas franjas do Centro da cidade, além de permitir a conquista de novas áreas para a expansão urbana”* (Op. cit, p.27). Neste contexto histórico, Burgos destaca a forma de “cidadania regulada”, na qual somente os trabalhadores de carteira assinada tinham direito à política social. Sendo assim, os moradores de

¹⁰ De acordo com Ribeiro (2004). “Em várias metrópoles, temos constatado a emergência de formas de gestão e estilos de políticas públicas em que os interesses do empresariado imobiliário, dos concessionários de serviços urbanos e dos moradores de alta classe média se articulam para decidir sobre as ações do poder público, o que tem gerado um “urbanismo contratualista”. [...] afirmando uma política neocorporativa excludente. [...], ao mesmo tempo que as camadas populares são destituídas de sua capacidade de intervenção na política da cidade” (p.36).

favelas não eram vistos como cidadãos portadores de direitos, mas como: “almas necessitadas de uma pedagogia civilizatória”. (Ibid. p.28). Os parques proletários são idealizados com esta função social.

Ainda em 1949 uma aliança entre a Prefeitura e a Arquidiocese do Rio de Janeiro criou a Fundação Leão XXIII, dedicada à assistência material e moral dos moradores das favelas do Rio. A instituição também tinha como objetivo influir nas associações de moradores e na formação de lideranças locais. Sua pedagogia cristã, não garantia o controle sobre os favelados, fato que se confirma pela criação em 1957, da Coligação dos Trabalhadores Favelados do Distrito Federal. Esta instituição era a forma instrumental dos favelados se organizarem na luta por direitos sociais, escapando do controle da Igreja.

Seguindo ainda o memorial de Burgos, no período seguinte, já nos de 1960, o Estado decide revitalizar e reforçar o poder do Serviço Especial de Recuperação de Favelas e habitações Anti-Higiências – SERFHA. O objetivo desta instituição seria capacitar o morador das favelas para negociar com as autoridades governamentais. O que parecia ser uma ação democratizadora da relação do Estado com os favelados, na verdade era uma forma disfarçada de subordinar o morador da favela às idéias estatais, visando manter esta população sobre controle. O fato que comprova isso é a subordinação das associações de moradores ao controle do Estado. Em troca o Estado prometia obras de urbanização. Foi uma forma de cooptar várias lideranças nas favelas.

A relação entre Estado e favela ganha aspectos ora autoritário, ora mais democrático, no entanto a todo o momento reaparece o estigma da incapacidade dos favelados de serem os indutores de suas vidas. Mesmo no período do governo Leonel Brizola, no bojo da redemocratização do país, em que este governo priorizou políticas públicas específicas para as favelas - saneamento, iluminação, coleta de lixo e política de direitos humanos, não foram muito longe estes ideais esbarrando numa cultura já indicada aqui por nós: da polarização entre a elite e as classes populares. Segundo Burgos, este ambiente de conflito não contribuiu para a integração de forma organizada dos excluídos do movimento democrático que estava em curso. Neste ambiente, a relação ambígua entre Estado e favela, na figura representativa da associação de moradores, ganha nova vida e se institui em parcerias entre as duas esferas: o poder público e a sociedade civil organizada. A associação de moradores de favelas recebe recursos e atribuições do poder público

para realizar serviços no interior das favelas, como: serviços de manutenção da rede de água (atribuição da Cedae – órgão público responsável pelo fornecimento de água na cidade) e coleta de lixo, outro serviço que as associações de moradores também passaram a ter responsabilidade.

Dedico um comentário sobre a periferia na Baixada Fluminense. Neste espaço geográfico a formação física e social se dá sob controle de um chefe local, ainda existente no contexto da Primeira República. São os grandes fazendeiros em plena decadência econômica que transformaram seu poder privado local em moeda de troca com o governo federal, interessado nos votos da população rural da Baixada. Como observa Alves (2003) esta relação de poder se consolidou a partir da universalização do voto, “*pós-1930, a reciprocidade do coronelismo vai se impondo*”. Uma forma de ampliar a capacidade de barganha adotada pelos coronéis, foi incentivar o loteamento clandestino favorecendo o crescimento da população e logicamente do seu curral eleitoral. Uma outra forma de controlar o poder local, foi na indicação do “lugar tenente” dos novos municípios que estavam sendo emancipados, como foi o caso da divisão do município de Nova Iguaçu na década de 1940.

Como conclui Alves (Ibid, p.174):

“O esgarçamento, a fragmentação e a atomização da sociedade da Baixada Fluminense, promovidos pelos vários projetos políticos locais e “supralocais” foram capazes de transformar a violência ilegal na base mais sólida para edificação de bem-sucedidas máquinas políticas.”

Esta estrutura de poder baseada na privatização da esfera pública pelos chefes locais e pela violência ilegal interditou a formação de grupos sociais autônomos que pudessem defender seus interesses. Neste contexto a população da Baixada foi tutelada pelos chefes locais que a mantinham sob controle. Como ressaltou o autor, a fragmentação e a atomização da sociedade favoreceram a lógica clientelista na prática de acordos políticos que negociavam com cada chefe local aquilo que por direito deveria ser feito pelo bem comum da população. Era uma troca de mercadoria, a população passa a ser tratada como “cliente” e não como cidadã.

Bonduki (2004) ressalta que neste período de 1940, o Brasil passava por uma crise de habitação nas principais cidades, São Paulo e Rio de Janeiro eram duas delas. Ele comenta:

“De fato, a falta de materiais de construção em decorrência da guerra reduziu o ritmo de construção de moradias, num contexto de escassez generalizada, cambio negro e especulação com bens de consumo populares. No entanto, a crise foi antes consequência de modificações estruturais no sistema produtivo e nas formas de provisão de moradia, e enquadrava-se no início do processo de ‘predominância da estrutura produtiva de base urbano-industrial’.” (Op. cit. p.247)

O autor observa que esta mudança no sistema produtivo para base industrial, teria provocado um êxodo de uma massa humana em direção às cidades em busca de trabalho e de melhores condições de vida. Este fato provocou um crescimento populacional, gerando uma demanda por moradia, impactando na falta de estrutura das cidades para acolher esta população que chegava. A população de São Paulo no período de 1940 a 1950, passou de 1,3 milhão para 2,2 milhão (IBGE). Esta situação foi agravada pelo “agressivo processo” de renovação das principais cidades brasileiras, que deu prioridade para as construções destinadas às classes média e alta. Esta dinâmica, segundo Bonduki induziu os trabalhadores a buscarem alternativas de moradias, erguendo alojamentos em lugares muitas vezes sem a menor infra-estrutura urbana, dando origem às favelas e aos loteamentos irregulares nas periferias. Este fenômeno pôde ser observado tanto no Rio de Janeiro, quanto em São Paulo. A solução de ir morar na periferia foi para muitos trabalhadores a oportunidade vislumbrada de conseguir um lugar para sua moradia. O autor define este modo de produção de moradia de “auto-emprego” baseado “no trinômio loteamento periférico, casa própria e autoconstrução”. (p.281). Com a expansão da periferia atingia-se dois objetivos que interessavam a elite: desadensava o centro urbano e segregava a população trabalhadora na periferia. Esta solução ainda que precária para o trabalhador foi a solução encontrada para garantir sua participação no mercado de trabalho.

Tanto na favela, quanto na periferia prevaleceu a informalidade do poder nas relações sociais entre Estado e sociedade, e porque não dizer do mercado. Segregados da cidade formal e legal, as populações pobres foram induzidas para

uma cultura política à margem do Estado. O desafio está concentrado em superar as oposições culturalmente construídas. É fato que a fragmentação e segregação entre os grupos sociais é uma construção de longa data, mas que no contexto atual ganha novo colorido e nova moldura, esquecendo as causas históricas que lhe deram significado e origem.

2.2.

As conseqüências efetivas desta nova ordem urbana nas oportunidades de acesso aos bens de cidadania e de mercado de trabalho

Diante deste quadro que tentei esboçar da formação sócio-espacial da metrópole do Rio de Janeiro, ingressamos em um novo cenário que certamente expõe com maior nitidez as fragilidades da nossa democracia e, por conseguinte o trágico arranjo citadino em que vivemos. Ribeiro (2004) interpela a fragmentação e a segregação na metrópole do Rio, a partir da reestruturação da economia global. O autor indaga se os efeitos desta nova ordem estariam produzindo um espaço urbano de uma cidade partida ou desigual, deriva daí sua argumentação de que as duas dimensões podem ser observadas pelos seguintes aspectos: a crise de governabilidade da cidade e a reestruturação produtiva no espaço urbano. O modelo de organização territorial (centro x periferia) foi substituído por um “espaço fractal”, onde as desigualdades e diferenças se reproduzem em toda metrópole, criando uma heterogeneidade maior. A dicotomia centro e periferia se dissipa perante a gradação das desigualdades em espaços múltiplos da cidade. Este fato comprovado pode provocar um sentimento de homogeneidade social, mas, olhando no interior de cada território, é que podemos perceber a persistência ou o agravamento das desigualdades específicas de cada local em relação às áreas mais dinâmicas.

O autor observa que, associada à globalização da economia, a crise dos anos de 1980 mais a reestruturação econômica e política de ajustes dos anos de 1990 trouxeram conseqüências específicas para a RMRJ. Essas conseqüências são percebidas na segmentação do mercado de trabalho em duas vertentes: a primeira, mais moderna, ligada às finanças, ao comércio e à área de informática; e uma

outra mais tradicional, os serviços pessoais. A primeira, aumentando seus rendimentos por dominar as novas tecnologias e se inserir nesta dinâmica global, a segunda, torna-se ainda mais frágil pela flexibilização das leis trabalhistas, ficando com os trabalhos no setor informal de prestação de serviços pessoais de limpeza e manutenção. Olhando pelo aspecto econômico, a metrópole estaria diante de um novo padrão de urbanização, quero dizer de valorização ou revalorização de algumas áreas da metrópole para atender interesses de mercado. A metrópole é vista como uma mercadoria. Ela precisa ser modelada para ser consumida.

Algumas favelas e áreas das periferias são objetos deste novo padrão de urbanização “cidade de integração-segregação”. Haja vista os planos de urbanização e reurbanização pelos quais algumas favelas e periferias passaram. Esta mudança ocorrida na política estatal com relação às favelas é fruto sem dúvida do processo de redemocratização ocorrido a partir dos anos 80, e terá um impacto direto na forma como as favelas passam a ser consideradas no planejamento urbano da cidade. A idéia é a de mobilizar esforços que minimizem a distância social da favela (cidade informal) com a cidade (formal).

O desafio maior está em superar a construção simbólica que estigmatiza o “outro” (*a favela e a periferia*). A integração da favela e da periferia à cidade também passa por esta dimensão de reconhecimento do direito destas populações decidirem sobre a forma urbana. Ainda que longa a citação de Ribeiro, consideramos importante sua ênfase ao colocar este problema na perspectiva das novas políticas de planejamento urbano:

“Espaços populares são identificados como territórios da barbárie, onde estaria vigorando uma espécie de estado de natureza. É a reedição da “razão dualista” que imperou entre nossos intelectuais da Primeira República, responsável pela produção da imagem dos “dois brasis”. A questão urbana também reedita projetos de intervenção urbana com pretensiosos objetivos de integrar as “duas cidades” pela urbanização dos espaços marginais e a reconquistas das áreas centrais. A diferença entre hoje e o período dos anos “eufóricos” de Olavo Bilac está apenas no fundamento que legitima tais intervenções. No atual urbanismo de “melhoramento e embelezamento”, o higienismo cede lugar à estratégia de utilização da imagem da cidade reunificada como vantagem competitiva na atração dos fluxos globais do capital.” (Op. cit. p.18)

Prossegue:

“[...] o espaço social conformado em nossas metrópoles traduz a histórica ordem social híbrida, na qual valores, práticas e papéis inerentes a um sistema estatutário, hierárquico, pelos quais as pessoas são consideradas naturalmente desiguais em termos de poder social e ocupam posições inferiores da escala da honra social, convivem com os valores, práticas e papéis relativos a uma ordem competitiva e individualista, em que o mercado distribui os recursos e o poder e as pessoas são consideradas socialmente pela sua autonomia e capacidade.” (Ibid. p. 34)

O argumento de Ribeiro é contundente, no que ele recupera um traço fundador das nossas relações sociais e políticas, que é do hibridismo. De forma que existe uma hierarquia da nossa cidadania, onde alguns são mais iguais do que outros na possibilidade de construir e exercer sua cidadania, e decerto de se apropriar a cidade com um sentimento de pertencer a um coletivo.

Estamos falando de uma cidade fragmentada, não pelo efeito da globalização, mas pelo nosso histórico de fronteiras sociais, materiais e simbólicas, que determinam a sócio-territorialidade, marcando tal como um estigma as pessoas que habitam as áreas marginalizadas da cidade, onde os cidadãos destes locais são vistos como uma categoria inferior no contexto da cidade.

No Rio de Janeiro, combina-se a proximidade territorial e a distância social entre as favelas com as áreas nobres da cidade. Um bom exemplo é a favela da Rocinha, que está entre dois bairros nobres (Gávea e São Conrado) ou as favelas Pavão-Pavãozinho e Cantagalo que estão entre Ipanema e Copacabana, a Cidade de Deus, um conjunto habitacional que teve uma parte favelizada e está a 500 metros da Barra da Tijuca e seu mais novo empreendimento imobiliário, a Vila Pan Americana. Comparando o Índice de Desenvolvimento Humano entre as áreas nobres da cidade citadas e as favelas, segundo base de dados do IBGE, os moradores das favelas precisariam de 100 anos para alcançar o nível de desenvolvimento destas áreas. Por outro lado, se compararmos os investimentos feitos nas favelas e nas periferias da RMRJ. Valladares e Preteceille (2000) observam que as favelas conquistaram uma estrutura urbana muitas vezes melhor do que áreas de não-favela. Este aspecto demonstra que, apesar do estigma que a favela carrega sua proximidade com as áreas centrais da cidade, foi dado a favela. Bem como aos seus movimentos associativos, uma maior visibilidade, favorecendo a melhoria urbana. O que não ocorreu na mesma medida na Baixada Fluminense.

Mas o que pode explicar a continuidade da estigmatização das favelas na sua relação com a cidade? Em Burgos encontramos um bom argumento: “*Assim, mais do que o déficit de direitos sociais, são os déficits de direitos civis e políticos que permanecem como principais obstáculos à integração da cidade*” (1999, p. 25-60). De certa forma, podemos considerar que a Baixada Fluminense está organizada social e politicamente de forma parecida, já que estamos falando de uma cultura que atravessa a nossa sociedade e sua sociabilidade. Na favela como na periferia se construiu ao longo da nossa história um sistema de relações hierarquizadas que se traduzem nas formas e funções da cidade: de um lado, os mecanismos legais e formais de acesso à cidade, do outro, em maior grau, nas favelas e periferias vemos permanecer a cultura da informalidade e muitas vezes da ilegalidade em variadas esferas da vida social.

Para pensarmos as conseqüências que derivam deste déficit de direitos dos habitantes das favelas e periferias, olhamos para os conflitos e as disputas pelo acesso a cidade e seus benefícios, e como é que os moradores destes dois lugares estão sendo integrados à cidade? Nasce daí uma questão fundamental levantada por Maria Alice Rezende de Carvalho (1995) em sua formulação de uma “cidade escassa”, estaríamos reeditando o que Hobbes chamou de “guerra de todos contra todos”? Segundo a autora, a *polis* carioca vive a invasão dos espaços públicos por novos atores, demandando uma diversidade de interesses, acirrando os conflitos por bens de cidadania, tornando a cidade pequena para tantos atores sociais. Diz ela:

“[...] Uma cidade é pequena, do ponto de vista político, quando não consegue prover de cidadania as grandes massas, isto é, não consegue contê-las sob sua lei e guarda. Um teto, trabalho, saúde e educação são bens de cidadania porque a sua provisão tem finalidade de garantir que os segmentos mais pobres da população possam se manter autônomos, ou se tornar libertos, de inúmeras redes de subordinação pessoal que se encontram presentes na base da sociedade carioca [...].” (1995, p. 5)

A cidade está partida em territórios, e em muitos destes territórios a gestão pública não tem eficácia. A desigualdade se tornou mais explícita em função da nova dinâmica econômica que ultrapassa fronteiras nacionais e territoriais. O Rio de Janeiro vem passando por esta transformação. Cabe então verificar as conseqüências e as alternativas de superação deste processo.

Um ponto importante para nosso argumento é o da relação de local de moradia com oportunidades de trabalho. Gomes e Amitrano (2005) analisam esta situação em São Paulo, verificando até que ponto a variável “segregação espacial” interfere nos níveis de oportunidade no mercado de trabalho. O objetivo dos autores foi perceber se existe uma *distinção* por local de moradia que influi nas oportunidades de trabalho:

“Estamos interessados em observar se há variações na taxa de desemprego dependendo do local de moradia do indivíduo, ou seja, em que medida a segregação residencial pode ser uma variável importante para determinar a condição de desempregado [...]” (Op. cit. p.169)

A valorização de determinados áreas na cidade tem dado qualidade material e simbólica para a construção de espaços sociais diferenciados, o que tem efeito na apropriação desses espaços por grupos sociais de maior poder aquisitivo que vão aprimorar um ciclo de valorização, considerando que esses espaços passam a ser objeto de interesse de consumo por outros grupos, aumentando o seu valor. Sobre este ponto, a própria política de Estado de investimento em infraestrutura acaba favorecendo os mesmos espaços, deixando de lado outras áreas da cidade menos privilegiada¹¹.

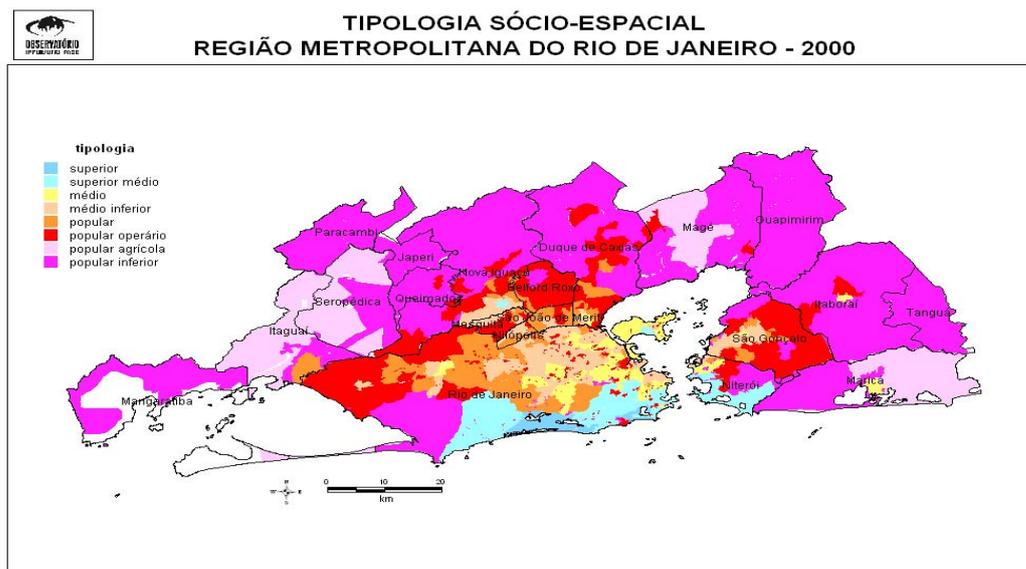
Esse aspecto da valorização do lugar nos permite fazer outra relação com o argumento dos autores, no ponto em que formulam a seguinte questão: *“a vulnerabilidade ao desemprego é a mesma para dois indivíduos que têm o mesmo grau de instrução, sendo, porém um morador de uma área rica e outro morador da periferia?”*.

Os autores apresentam alguns pontos como resposta: a oferta de emprego em alguns locais da cidade é menor do que em outras, por apresentarem deficiências sociais, algumas áreas são menos atrativas para investimentos privados, ainda que a mão-de-obra local e o preço da terra sejam mais baratos. Desta forma a oferta maior de empregos acaba se concentrando nas áreas centrais da cidade, tornando o custo de transporte até este centro maior para os trabalhadores que moram na periferia. Neste caso, ainda que um morador de periferia tenha o nível de instrução requerido para uma vaga de trabalho, a

¹¹ Ver o conceito de espoliação e contradição urbana (KOWARICK, L., 2000).

variável local de moradia será determinante nas suas chances de conseguir o emprego.

Segundo Ribeiro (2000, págs. 63-98), a RMRJ está organizada por uma hierarquia ocupacional. Um dado que parece bastante significativo é que na zona sul do Rio e no bairro de Itaipu, em Niterói, a estrutura social é polarizada, concentrando nestes espaços uma elite dirigente e intelectual juntamente com a categoria de empregados domésticos e da construção civil. Não existe uma relação de vizinhança, apenas de dependência mútua de trabalho e mão-de-obra. O que reforça a tese da relação de trabalho com a proximidade do local de moradia. Diferentemente do que ocorre nos bairros do subúrbio (Engenho Novo, Méier, Piedade, etc.), onde o estrato social predominante é do setor médio. Porém, na Baixada Fluminense encontram-se as categorias populares como os agricultores, como demonstra o mapa abaixo (Observatório das Metrôpoles).



Na mesma chave de reflexão, Gomes e Amitrano argumentam:

“Em sociedades nas quais a segregação residencial promove uma “polarização espacial das Classes”, existiria também uma diminuição na capacidade das pessoas moradoras de áreas segregadas e pobres de acumular ativos sociais.” (Ibid. p.176)

O argumento serve para elaborar uma classificação dos grupos sociais e suas respectivas áreas de moradias. A construção desta matriz permitiu aos

autores o cruzamento de dados da seguinte forma: distritos com moradores de perfil de elite, com perfil de classe média e com perfil de pobre; cruzando com os dados de desemprego, buscando verificar qual a relação entre a taxa de desemprego, local de moradia e a classe a que pertence. Os dados empíricos são referentes à década de 1990, quando o índice de desemprego aumentou consideravelmente para toda a população, mas, segundo a análise dos dados feita pelos autores, esse fenômeno atingiu de forma mais intensa “*a população moradora das áreas mais pobres*”. Eles concluem: os ativos sociais destas áreas são insuficientes para promover uma rede de contatos mais virtuosa capaz de integrar ou fazer pontes com as áreas mais desenvolvidas da cidade.

A taxa de desemprego no ano de 2000 de um distrito de elite era de 6,74% enquanto que a taxa de um distrito pobre era de 12,83%. No caso da mulher a taxa chega a 14,77%. Os autores concluem o seguinte: a taxa de desemprego entre os diferentes grupos sociais muda, combinando as distinções entre gênero, cor, idade e escolaridade com o local de moradia. As mulheres e jovens de áreas pobres estão mais sujeitos ao desemprego do que as mesmas categorias de áreas ricas da cidade. Um ponto importante ressaltado pelos autores é sobre a função social do trabalho na diminuição da pobreza. Levando em consideração esta relação do local com as oportunidades de trabalho, acaba afetando principalmente os moradores distantes das áreas com maior oferta de empregos e o acesso ao trabalho acaba favorecendo aqueles que já se encontram em um “lugar” de vantagem em relação a estes últimos.

O desemprego na década de 1990 atingiu de forma diferenciada as pessoas na região metropolitana de São Paulo, levando em consideração os efeitos da segregação. O impacto foi maior para os trabalhadores das favelas e periferias onde as pessoas encontram maior dificuldade para enfrentar a crise do trabalho. Neste caso os ativos sociais de cada lugar determinaram as possibilidades de seus habitantes superarem os problemas do desemprego. Os autores argumentam.

“Há certas áreas da região metropolitana de São Paulo que, pela densidade populacional existente, pelo peso dos desempregados e pela carência de emprego local, necessitam de iniciativas por parte dos poderes públicos que quebrem o “ciclo vicioso” existente ali e que objetivem a dinamização da economia local, incluindo a população local em seus benefícios.” (Ibid. p.193-194)

Esta mesma análise pode ser feita sobre o espaço metropolitano do Rio de Janeiro que, sob este aspecto apresenta características sócio-espaciais (favelas e periferia) parecidas com a região metropolitana de São Paulo. O que se verifica é a reestruturação do espaço urbano por meio de um modelo de planejamento urbano que redefine a forma da cidade, com a valorização de áreas específicas com investimento imobiliário para habitação e de negócios. Um exemplo é o que está ocorrendo na Barra da Tijuca, com a construção de complexos de prédios comerciais e condomínios habitacionais de luxo. No entanto, é justamente nesta mesma área da cidade, assim como em Jacarepaguá, bairro vizinho, onde tem crescido o número de favelas. Repete-se a sanha urbana da polarização entre os que têm acesso à habitação formal e legal e aqueles que são induzidos a recorrer à informalidade e à ilegalidade da habitação precária. Este processo não é novo na história urbana do Brasil, que já vimos na passagem que citamos de Bonduki (2004).

Uma pesquisa realizada pela Prefeitura do Rio de Janeiro em 2000 (Coleção Estudos da Cidade), demonstrou um fato marcante sobre a relação do mercado de trabalho e os moradores de favelas cariocas. Segundo a pesquisa, a taxa de desemprego entre os moradores de favelas é de 20%, enquanto que entre os não-moradores de favelas fica em 15%. Este aspecto atinge principalmente os chefes de famílias.

Considero importante a análise de Ermínia Maricato (2000) sobre a idéia de planejamento urbano, o que decerto nos ajuda a entender como esta lógica de idealização da cidade impacta nas possibilidades de uma cidade mais democrática e inclusiva, já que ela afirma que nossa cidade se estrutura por uma exclusão urbanística, representada por uma gigantesca ocupação ilegal do solo urbano. A autora questiona o nosso modelo de modernização da cidade, indagando este método como parte ideológica de um processo político e econômico que reconheceu apenas uma parte da cidade como sendo objeto de modernização. O resultado deste modelo de urbanização é a seletividade dos direitos para alguns que recebem do Estado o reconhecimento de pertencer à cidade.

Segundo a autora, as reformas urbanas implementadas nos países centrais não tiveram o mesmo tratamento aqui nas cidades brasileiras onde, como já vimos, os movimentos sociais populares foram sufocados pela autoridade estatal, inibindo sua participação nas questões ligadas à conquista de direitos. Maricato

cita que nos países centrais a reforma urbana foi administrada pelo Estado dando ênfase à questão fundiária. Por outro lado, ampliou-se a infra-estrutura urbana, atendendo à demanda de produção em massa de moradias com subsídios a seu financiamento. Vale a citação:

“Essas e outras medidas asseguraram a regulação entre salário e preço da moradia, não só através do aumento do poder de compra dos assalariados, mas da produção massiva de moradia e, conseqüentemente, de cidade: transporte, saneamento, serviços públicos etc. A produção moderna fordista implicava aumento da produtividade na construção dos edifícios e da infra-estrutura urbana e isso implicava a regulação da terra e financiamento. O resultado desse enorme processo de construção que gerou os subúrbios americanos e as cidades expandidas européias assegurou o amplo direito à moradia.” (Op. cit. 128)

Como já vimos, não foi este o modelo de urbanização que orientou a modernização, muito menos o processo de garantia de reprodução da força de trabalho da classe popular. Segundo a autora, o nosso modelo de urbanização criou a cidade e a não-cidade. Neste contexto, a não-cidade é parte do processo de diminuição do custo da mão-de-obra, já que cabe ao trabalhador pobre a construção da sua moradia, *“onde ele conseguir”* (grifo meu). A exclusão de uma significativa parcela da população do acesso à habitação legal gerou um ciclo vicioso de desigualdade social. Na RMRJ, se somarmos os moradores de favelas e dos loteamentos ilegais, aproximadamente 50% da população estão à margem da formalidade e da legalidade do acesso à moradia. (Ibid. p.153-154).

Desta forma, retornamos ao ponto do nosso argumento sobre a relação entre local de moradia e oportunidades de trabalho, o que nos remete à discussão inicial da segregação das populações pobres em seus locais de moradia e às possibilidades de construção de cidadania neste contexto desfavorável pela escassez de cidade e de cidadania. Nesta configuração social cabe ao Estado, prioritariamente, o papel de garantir o acesso igual para todas às oportunidades de ter direito à cidade. Sem isto, incorremos na mesma política urbana que há mais de um século aposta na cidade para poucos cidadãos.

No próximo capítulo abrimos o debate sobre o impacto deste modelo de urbanização na construção da democracia e da cidadania, principalmente para as classes populares em seus locais de moradia.